



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (interino)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandy Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 8, agosto 2007. 40 p. Mensal. ISSN 1519-1680.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-1680

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 5,1 bilhões no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 72,5 milhões, respectivamente. A redução do resultado do Governo Central no mês decorreu em boa medida da sazonalidade de alguns tributos federais. Em especial, a arrecadação do IRPJ e da CSLL foi menor em R\$ 1,9 bilhão devido ao pagamento, em julho, da primeira cota ou cota única, referente à apuração trimestral encerrada em junho; além disso, a cota-parte de compensações financeiras foi menor em R\$ 1,7 bilhão devido ao pagamento trimestral de royalties pela exploração de petróleo. As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 754,2 milhões no mês, sobretudo em função da arrecadação dos royalties de julho, com efeito sobre os repasses de agosto. Do lado da despesa, destaca-se a redução das despesas com pessoal (R\$ 1,4 bilhão), em função do pagamento da primeira parcela do décimo-terceiro salário do Poder Executivo em julho. Em contrapartida, cresceram significativamente as despesas com custeio e capital (R\$ 1,1 bilhão), notadamente projeto-piloto de investimentos, discricionárias do Poder Executivo e subsídios e subvenções econômicas.

O resultado primário do Governo Central em agosto foi inferior ao do mês anterior devido preponderantemente à sazonalidade da receita com apuração trimestral (IRPJ, CSLL e royalties).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	12,39%
Tesouro	11,97%
Previdência	14,32%
Transferências	12,53%
Receita Líquida	12,36%
Despesas	13,32%
Benefícios	11,75%
Pessoal	13,52%
Custeio e Capital	15,48%
PIB estimado	9,93%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL 2007	AGO 2007	JAN-AGO 2006	JAN-AGO 2007
I. RECEITA TOTAL	50.850,9	48.636,7	351.487,7	395.020,7
I.1. Receitas do Tesouro	39.584,0	36.855,4	275.549,4	308.520,1
I.1.1. Receita Bruta (1)	40.889,9	38.772,7	280.364,6	315.248,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.305,9	-1.917,3	-4.815,1	-6.727,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.195,1	11.684,0	74.980,3	85.715,5
I.3. Receitas do Banco Central	71,8	97,3	958,0	785,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.733,1	8.487,2	60.934,5	68.567,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	43.117,9	40.149,5	290.553,2	326.453,3
IV. DESPESA TOTAL	37.972,0	36.598,9	242.781,0	275.114,1
IV.1. Despesas do Tesouro	23.415,2	22.158,8	141.210,5	161.579,2
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.104,7	8.682,0	66.183,0	75.129,6
IV.1.2. Custeio e Capital	12.298,8	13.438,7	74.619,7	86.173,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.656,8	2.300,4	9.401,8	11.500,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	364,3	734,0	4.937,2	4.302,0
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.159,1	1.164,0	7.509,6	8.831,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.118,7	9.240,3	52.771,1	61.539,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	11,7	38,1	407,9	276,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.407,9	14.270,4	100.493,8	112.298,5
IV.3. Despesas do Banco Central	148,9	169,7	1.076,7	1.236,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.145,9	3.550,6	47.772,2	51.339,1
V.1. Tesouro Nacional	8.435,7	6.209,4	73.404,4	78.373,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.212,8	-2.586,4	-25.513,6	-26.583,0
V.3. Banco Central (4)	-77,1	-72,5	-118,7	-451,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,18%	3,11%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

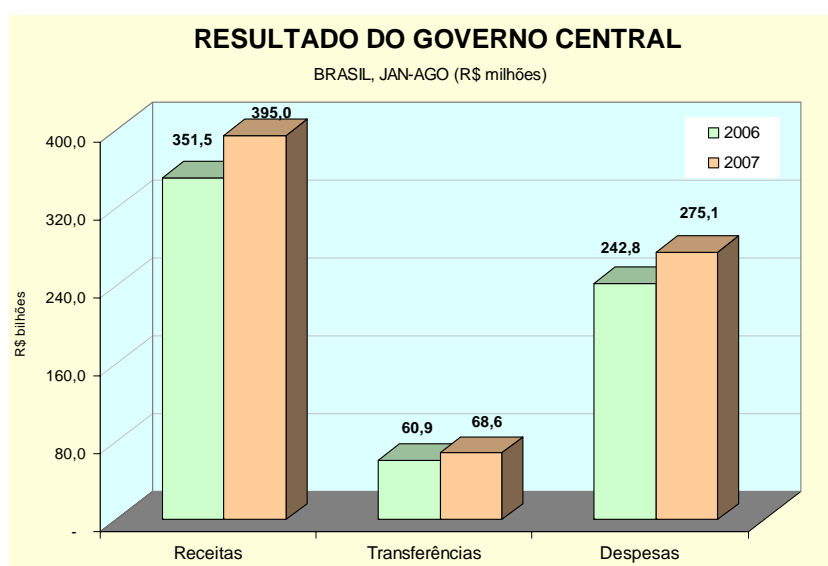
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,88%	4,74%
Previdência Social	-1,70%	-1,61%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
Governo Central	3,18%	3,11%

O resultado primário do Governo Central no acumulado de 2007 atingiu R\$ 51,3 bilhões, R\$ 3,6 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior.

A arrecadação cresceu 12,4% em 2007, associada preponderantemente ao crescimento econômico – e seus reflexos sobre a lucratividade das empresas – e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.

No ano, o resultado do Governo Central, em termos nominais, é 7,5% superior ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 51,3 bilhões contra R\$ 47,8 bilhões). Em relação ao PIB estimado para o período, no entanto, diminuiu de 3,18%, até agosto de 2006, para 3,11% até agosto deste ano. As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, especialmente da lucratividade das empresas em determinados setores (e.g. veículos automotores, telecomunicações, financeiro, telecomunicações), do aumento do volume de negócios na Bovespa, do aumento da oferta de crédito, da evolução do nível de preços, do aumento do nível de emprego formal e do crescimento da massa salarial. Além disso, destacam-se os efeitos das medidas administrativas da Receita Federal, em especial a intensificação do controle sobre ganhos de capital em alienação de bens e os programas de parcelamento de débitos junto à SRF, à PGFN e ao INSS. No conjunto, a receita total do Governo Central este ano cresceu 12,4%, correspondendo a 23,9% do PIB, com crescimento de 0,52 ponto percentual em relação a igual período de 2006. Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal, com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (18,6%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IRPF (40,9%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iii) IRPJ (19,4%) e CSLL (18,9%), devido ao incremento da lucratividade das empresas. O subgrupo “demais receitas” permaneceu praticamente constante em termos nominais, associado à redução da arrecadação de dividendos (R\$ 3,8 bilhões) e da cota-parte de compensações (R\$ 1,1 bilhão), que compensaram a elevação no conjunto das outras receitas (e.g. diretamente arrecadadas, CPSS, concessões).

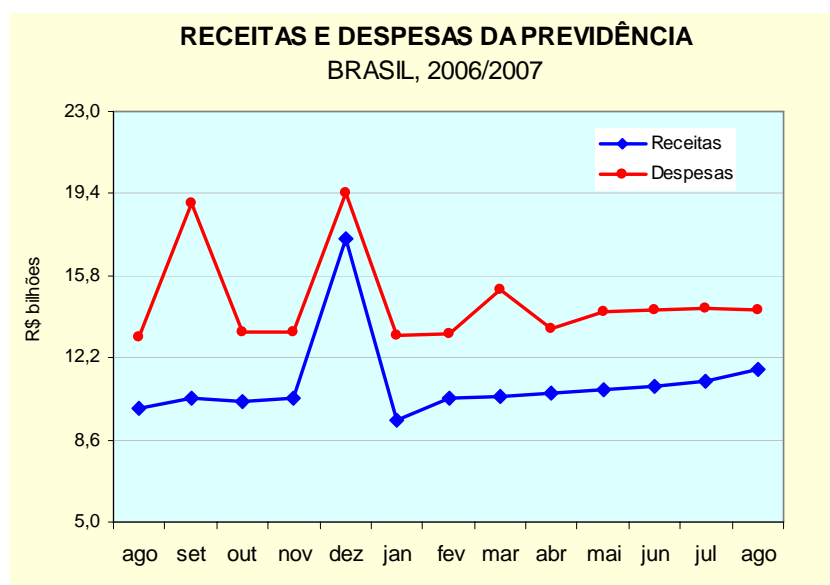
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,39%	23,91%
Transferências	4,05%	4,15%
Receita Líquida	19,34%	19,76%
Despesa Total	16,16%	16,65%
Resultado Primário	3,18%	3,11%



No ano, as transferências a estados e municípios cresceram 12,5% (R\$ 7,6 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 2,8 bilhões a título de auxílio financeiro a estados e municípios, contra R\$ 1,7 bilhão no mesmo período do ano passado (aumento de 61,4%). As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 12,0% (R\$ 5,6 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,9%), refletindo o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 14,4% (R\$ 20,4 bilhões) em comparação ao período janeiro-agosto de 2006, com destaque para os investimentos previstos no PPI (R\$ 2,2 bilhões, em 2007, contra R\$ 1,3 bilhão até agosto de 2006). Além disso, os gastos do Tesouro Nacional vinculados ao salário mínimo cresceram acima da média, especialmente as despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (23,1%) e as despesas com LOAS/RMV (17,6%). Vale ressaltar que o aumento observado nesses itens é notadamente importante quando se considera que, dada a política de aumento do salário mínimo em termos reais, a base de 2006 era relativamente alta. Destacam-se igualmente as despesas associadas ao Fundo de Combate à Pobreza, as quais aumentaram R\$ 780,1 milhões (17,1%) no período. Por outro lado, as despesas com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos estão, em 2007, R\$ 635,2 milhões (12,4%) inferiores às de igual período de 2006, em função da capitalização da Emgea naquele ano, sem correspondência este ano. As despesas do Pronaf e do Fundo da Terra (agricultura familiar) ganham destaque pelo expressivo dinamismo: aumentaram, em conjunto, R\$ 530,9 milhões, mais do que o dobro da execução do ano passado (R\$ 948,3 milhões contra R\$ 417,4 milhões em 2006).

As despesas do Governo Central cresceram 14,4% em termos nominais. Destaque para as despesas vinculadas ao salário mínimo, como abono salarial e seguro-desemprego (23,1%) e LOAS/RMV (17,6%). Além disso, as despesas com agricultura familiar, nos itens Pronaf e Fundo da Terra, mais do que dobraram este ano.



O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 26,6 bilhões até agosto de 2007, R\$ 1,1 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,19%
Benefícios	6,69%	6,80%
Resultado Primário	-1,70%	-1,61%

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 26,6 bilhões, até agosto de 2007, contra R\$ 25,5 bilhões, em igual período de 2006). Como proporção do PIB, o déficit caiu 0,09 ponto percentual, passando de 1,70%, até agosto de 2006, para 1,61% este ano. De um lado, as receitas cresceram 14,3% no período, impulsionadas pelo comportamento do mercado de trabalho formal, especialmente pelo aumento das contratações de mão-de-obra, com consequência sobre o número de segurados contribuintes do Regime. As despesas com benefícios, por sua vez, aumentaram relativamente menos (11,7%) e refletem o aumento do salário-mínimo e dos demais benefícios, além do crescimento vegetativo de beneficiários (média mensal de 21,8 milhões de janeiro a agosto de 2007, contra 21,2 milhões no mesmo período de 2006). Adicionalmente, têm contribuído para elevação das despesas com benefícios o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 1,0 bilhão (32,4%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 38,8 bilhões em agosto, contra R\$ 40,9 bilhões no mês anterior (queda de 5,2%). Todos os subgrupos da receita apresentam decréscimo na arrecadação. Impostos, contribuições e demais receitas diminuíram 2,4%, 3,2% e 21,5%, respectivamente.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/07	AGO/07
Impostos	17.117,5	16.704,6
Imposto de Renda	12.757,5	11.869,6
IPI	2.701,2	2.978,4
Outros	1.658,8	1.856,7
Contribuições	18.634,0	18.035,5
Cofins	8.360,3	8.741,8
CPMF	3.201,3	2.987,8
CSLL	3.420,6	2.492,2
Cide - Combustíveis	876,1	649,3
Outras	2.975,7	3.164,4
Demais	5.138,3	4.032,6
Cota parte	2.594,4	878,6
Diretamente Arrecadada	1.322,4	1.576,9
Dividendos da União	269,4	303,4
Outras	952,2	1.273,7
Total Bruto	40.889,9	38.772,7

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita de impostos decresceu de R\$ 17,1 bilhões em julho para R\$ 16,7 bilhões este mês. O volume total de arrecadação das contribuições alcançou R\$ 18,0 bilhões, R\$ 598,5 milhões inferior ao mês anterior. Por sua vez, as demais receitas totalizaram R\$ 4,0 bilhões ante R\$ 5,1 bilhões em julho. Entre os fatores que explicam tais comportamentos destacam-se os seguintes efeitos sazonais: i) pagamento, em julho, da primeira cota ou cota-única do IRPJ e da CSLL relativa à apuração trimestral encerrada em junho; e ii) pagamento trimestral, em julho, da participação especial pela produção e extração de petróleo e gás natural.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 34,9 bilhões (12,4%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 280,4 bilhões para R\$ 315,2 bilhões. Esse montante equivale a 19,08% do PIB, dos quais 8,21% correspondem à arrecadação de impostos, 8,48% de contribuições e 2,39% relativos às demais receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 7,5 bilhões (19,4%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 3,6 bilhões (18,9%) na arrecadação de CSLL, em função da maior lucratividade das empresas de variados setores econômicos. Os setores que mais contribuíram para o crescimento da arrecadação conjunta de IRPJ e CSLL foram: fabricação de veículos automotores (aumento de 106% na arrecadação), telecomunicações (aumento de 56%), serviços financeiros (aumento de 43%), seguros, previdência complementar e planos de saúde (aumento de 41%), e eletricidade (aumento de 23%);
- b) incremento de R\$ 6,5 bilhões (11,1%) na Cofins e de R\$ 1,6 bilhão (10,0%) no PIS/Pasep, explicado principalmente pelo crescimento da arrecadação dos setores de fabricação de veículos e comércio;
- c) elevação de R\$ 4,3 bilhões (10,2%) no IRRF, devido ao crescimento de 15,5% no IRRF - remessas ao exterior, de 15,0% no IRRF - outros rendimentos e de 14,3% no IRRF - rendimentos do trabalho, este último influenciado pela crescimento da massa salarial;
- d) crescimento de R\$ 3,2 bilhões (18,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do crescimento dos setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos e fabricação de caminhões e ônibus; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 28,0% no valor em dólar das importações tributadas, do crescimento de 5,1% na alíquota média do imposto e da redução de 7,9% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (40,9%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob). No caso dos ganhos em operações em bolsa, o aumento na arrecadação tem como importante fator o aumento do volume de negócios na BOVESPA no ano de 2007.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,73%	8,21%
Imposto de Renda	5,83%	6,18%
IPI	1,17%	1,25%
Outros	0,73%	0,77%
Contribuições	8,30%	8,48%
Cofins	3,90%	3,94%
CPMF	1,36%	1,42%
CSLL	1,26%	1,36%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,32%
Outras	1,44%	1,44%
Demais	2,63%	2,39%
Cota parte	0,84%	0,70%
Diretamente Arrecadada	0,66%	0,77%
Dividendos da União	0,64%	0,35%
Outras	0,49%	0,58%
Total Bruto	18,66%	19,08%

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	2.265,4	1.246,1
CEF	1.100,2	342,3
BNDES	3.041,7	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	299,6	267,2
IRB	130,1	15,8
Serpro	-	29,4
BASA	126,8	109,3
FND	15,2	32,2
BNB	41,6	78,1
Demais	275,6	78,2
Total	9.636,9	5.834,6

As demais receitas, por sua vez, somaram R\$ 39,5 bilhões até agosto de 2007, valor idêntico ao do mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que a redução de R\$ 3,8 bilhões no montante arrecadado de dividendos foi contrabalanceada pelo aumento de R\$ 2,8 bilhões na receita diretamente arrecadada e pelo incremento de R\$ 1,3 bilhão em outras receitas, com destaque para a recuperação, em 2007, de débitos de exercícios anteriores no âmbito da Medida Provisória nº 303/2006.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/07	AGO/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.858,6	6.164,5
CIDE-Combustíveis	465,9	-
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	270,8	271,6
Demais	1.137,7	2.051,1
Total	7.733,1	8.487,2

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IP-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	Jul	Ago
Terceiro Decêndio	7.236,4	8.696,1
Primeiro Decêndio	2.920,6	2.835,2
Segundo Decêndio	2.568,1	1.895,7
Total	12.725,0	13.427,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,14%	3,20%
CIDE - Combustíveis	0,09%	0,08%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,12%	0,17%
Demais	0,71%	0,70%
Total	4,05%	4,15%

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	47.160,6	52.799,0
CIDE - Combustíveis	1.323,5	1.379,5
Lei Complementar nº 115/2002	1.747,2	2.820,6
Demais	10.703,2	11.568,4
Total	60.934,5	68.567,4

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em agosto, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 8,5 bilhões, contra R\$ 7,7 bilhões em julho, correspondendo a um acréscimo de 9,8%. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) elevação de R\$ 305,8 milhões nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação de tributos compartilhados IR e do IPI, principalmente no terceiro decêndio de julho; b) incremento de R\$ 906,4 milhões no repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e c) redução de R\$ 465,9 milhões em função do repasse trimestral da CIDE ocorrido no mês de julho.

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 7,6 bilhões (12,5%), elevando-se de R\$ 60,9 bilhões em 2006 para R\$ 68,6 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,15 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (4,05% do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 5,6 bilhões (12,0%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. As transferências relativas à prestação de auxílio financeiro totalizaram R\$ 2,8 bilhões em 2007 contra R\$ 1,7 bilhão em igual período de 2006, aumento de 61,4% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi realizado em março; ii) R\$ 541,7 milhões referentes às cinco primeiras transferidas até o mês de agosto do montante total de R\$ 975,0 milhões previsto na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), para ser repassado em nove parcelas; e iii) R\$ 1,3 bilhão (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para repasse até dezembro de 2007). As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 865,2 milhões (8,1%), reflexo da elevação de R\$ 1,0 bilhão nas transferências para o Fundeb e de R\$ 365,7 milhões nas transferências com salário-educação.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 22,1 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 1,2 bilhão (5,4%) relativamente a julho. A principal redução de R\$ 2,4 bilhões (21,8%) ocorreu nos gastos com pessoal e encargos sociais, reflexo do adiantamento, naquele mês, da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal. Verificou-se, no entanto, acréscimo nos dispêndios de custeio e capital no valor de R\$ 1,1 bilhão (9,3%) nas rubricas "outras despesas de custeio e capital",

(R\$ 1,1 bilhão, 13,8%) e nos gastos de subsídios e subvenções econômicas (R\$ 369,7 milhões, 101,5%), não obstante, a redução dos gastos com o FAT em R\$ 356,4 milhões, 13,4%), em função de menor desembolso no pagamento do abono salarial.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas o acréscimo ocorreu, principalmente, no âmbito do Programa Custeio Agropecuário que registrou crescimento de R\$ 193,9 milhões. Por sua vez, os gastos no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) passaram de R\$ 0,9 milhões, em julho, para R\$ 223,1 milhões no mês atual. Constatou-se, no entanto, redução de despesas no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - (PSH), que registrou despesa de R\$ 0,4 milhões em relação ao desembolso de R\$ 54,1 milhões em julho. Contribuíram também para o aumento do custeio e capital o desembolso de R\$ 0,3 bilhão para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) em decorrência do Decreto de 3 de agosto de 2007.

A execução das despesas do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 697,2 milhões no mês, registrando acréscimo de R\$ 367,0 milhões em relação a julho. No âmbito das demais despesas obrigatórias (doações, indenizações do Proagro, dentre outros), houve aumento de R\$ 17,8 milhões.

As despesas discricionárias, inclusive as despesas de PPI não passíveis de dedução da meta de superávit primário, apresentaram crescimento em agosto de R\$ 612,7 milhões (8,7%) relativamente a julho, concentradas, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 193,8 milhões), Saúde (R\$ 173,1 milhões), e do Desenvolvimento Social (R\$ 162,5 milhões).

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,78% do PIB, contra 9,40% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 20,4 bilhões (14,4%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (9,93%).

Destacam-se os incrementos de R\$ 11,6 bilhões (15,5% ou 0,25 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital e R\$ 8,9 bilhões (13,5% ou 0,14 ponto percentual do PIB) com pessoal e encargos sociais.

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial no período foi de R\$ 806,6 milhões. Neste montante estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/07	AGO/07
Pessoal e Encargos	11.104,7	8.682,0
Custeio e Capital	12.298,8	13.438,7
Despesas do FAT	2.656,8	2.300,4
Subsídios e Subvenções ¹	364,3	734,0
LOAS/RMV	1.159,1	1.164,0
Outras	8.118,7	9.240,3
Transferência ao Bacen	11,7	38,1

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/07	AGO/07
Sentenças Judiciais	23,6	15,9
Legislativo/Judiciário	386,3	388,2
Crédito Extraordinário ²	272,4	402,4
Projeto Piloto de Investimento ²	330,3	697,2
Outras Obrigatórias ³	53,9	71,7
Discricionárias	7.052,1	7.664,9
d/q Min. da Saúde	2.952,5	3.125,6
Min. do Des. Social	773,3	935,8
Min. da Educação	490,6	684,4
Min. da Defesa	599,8	389,0
Min. da Ciência e Tecnologia	214,2	212,8
Min. do Des. Agrário	93,6	204,0
Min. da Justiça	105,3	134,6
Min. da Previdência	173,9	120,4
Min. das Cidades	54,3	90,4
Demais	1.594,6	1.767,9
Total	8.118,7	9.240,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

R\$ 2,1 bilhões, pagos pelas Justiças do Trabalho e Federais, frente ao montante de R\$ 2,5 bilhões no mesmo período de 2006. No âmbito do Poder Executivo, o acréscimo na despesa foi de R\$ 8,1 bilhões em função, principalmente, de reestruturação de carreiras específicas de servidores públicos, civil e militar.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,97% para 5,22% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,21 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,07 p.p. do PIB) e LOAS/Renda Mensal Vitalícia (0,07 p.p. do PIB). Em contrapartida, reduziram-se os dispêndios com “subsídios e subvenções econômicas” (0,07 p.p. do PIB), incluindo-se nessas últimas as despesas com reordenamento de passivos.

Os gastos com LOAS/RMV apresentaram crescimento de 21,1% em 2007 contra 27,6% no mesmo período de 2006, redução de 6,5%. Constatase que a variação média dos benefícios emitidos no exercício é 2% inferior à variação média de igual período do ano anterior, ocorrendo redução em 3,0% no caso do grupo dos idosos e 2,0% para os portadores de deficiência o que representou a concessão de 2,5 milhões de benefícios.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,40%	4,55%
Custeio e Capital	4,97%	5,22%
Despesas do FAT	0,63%	0,70%
Subsídios e Subvenções ¹	0,33%	0,26%
LOAS/RMV	0,50%	0,53%
Outras	3,51%	3,73%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-ago/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
média jan-ago/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
média jan-ago/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
média jan-ago/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
média jan-ago/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
média jan-ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
média jan-ago/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%

As despesas do FAT atingiram R\$ 11,5 bilhões nos oito primeiros meses de 2007, contra R\$ 9,4 bilhões em igual período do ano anterior apresentando crescimento de R\$ 2,1 bilhões (22,3%) comparativamente ao período janeiro a agosto de 2006 (variação de 0,07 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento e o número de beneficiários identificados que passou de 11,8 milhões para 14,2 milhões de trabalhadores. Outro fator explicativo para o crescimento das despesas do FAT é o reajuste do salário mínimo e a abertura do

calendário de pagamento do abono salarial que já representou, nos dois primeiros meses, 21,9% dos dispêndios previstos para o período jul/2007 a jun/2008.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,3 bilhões no período, redução de R\$ 0,6 bilhão, explicada pela não ocorrência de despesa com ordenamento de passivos em 2007, frente ao dispêndio de R\$ R\$ 1,5 bilhão na capitalização da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), no mesmo período do ano anterior. Também se registrou decréscimo de R\$ 0,7 bilhão nos gastos com operações oficiais de crédito, com destaque para os seguintes programas: i) Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 300,5 milhões); ii) Subsídio à Habitação de Interesse Social-PSH (R\$ 158,1 milhões); e iii) Aquisições do Governo Federal –AGF (R\$ 123,7 milhões), compensado em parte, pelo acréscimo nos dispêndios dos programas de Equalização de Custeio Rural (R\$ 580,8 milhões) e Nacional de Fortalecimento Familiar -Pronaf, (R\$ 355,6 milhões).

A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 2,2 bilhões em 2007, contra R\$ 1,3 bilhão em 2006. Considerando o total dos investimentos (Tabela 11, RTN) o gasto atingiu R\$ 11,2 bilhões, contra R\$ 8,3 bilhões em 2006, representando crescimento de 35,0%.

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 2,6 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 65,5% superior ao executado em igual período de 2006. Destacam-se as ações de recuperação de danos causados por desastres naturais e socorro e assistência às pessoas atingidas, a implantação de infra-estrutura física e tecnológica para a realização do Pan e Para-Pan Americano, além de implantação e ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário. Houve também aumento de 25,0% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 1,2 bilhão até agosto. Os gastos discricionários cresceram R\$ 6,2 bilhões (13,7%), dos quais R\$ 2,0 bilhões destinados ao Ministério da Saúde, R\$ 1,2 bilhão ao Ministério de Desenvolvimento Social e R\$ 864,8 milhões ao Ministério da Defesa.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 10,1 bilhões, equivalentes a 48,4 % do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 49,7% no mesmo período de 2006. Dos restos a pagar pagos até agosto, R\$ 5,7 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 59,2% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,6 bilhão), Saúde (R\$ 991,9 milhões) e Educação (R\$ 569,9 milhões). Os principais programas beneficiados desses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	1.862,3	2.901,9
Custeio Agropecuário	117,8	698,7
Investimento Rural	326,1	25,6
Preços Agrícolas	738,0	1.013,7
- EGF	1,9	6,5
- AGF	272,4	148,8
- Sustentação de preços	463,7	858,5
Pronaf	244,2	599,8
Pesa	262,3	215,3
Cacau	0,6	0,3
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	173,2	348,5
FUNCAFÉ	0,0	0,0
Outros	104,1	-174,8
Habitação (PSH)	284,8	126,8
FND	-395,6	-447,7
Exportação (Proex)	214,9	146,1
Total	1.966,4	2.727,0

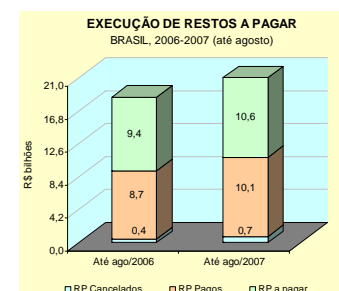
¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção
² Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	929,9	1.162,5
Legislativo/Judiciário	2.797,4	3.133,1
Crédito Extraordinário ¹	1.595,3	2.640,7
Projeto Piloto de Investimento ²	1.346,3	2.226,8
Outras Obrigatórias ³	538,1	578,6
Discricionárias	45.564,1	51.798,0
dirq Min. da Saúde	21.853,5	23.920,3
Min. do Des. Social	5.584,6	6.786,3
Min. da Educação	4.591,8	4.537,3
Min. da Defesa	2.402,4	3.267,2
Min. da Ciência e Tecnologia	1.305,0	1.723,3
Min. do Des. Agrário	952,3	1.038,7
Min. da Previdência	597,6	843,5
Min. da Justiça	725,7	846,2
Min. dos Transportes	1.033,3	832,6
Demais	6.517,9	8.002,8
Total	52.771,1	61.539,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

² Corresponde à despesa do PPI passível de redução da meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.438, de 28/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



(R\$ 809,1 milhões), os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul, Nordeste e Leste (R\$ 813,8), o fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria (R\$ 223,2), Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 333,4 milhões) e os programas Universidade do Século XXI (R\$ 377,4 milhões), Democratizando o Acesso a Educação Profissional (R\$ 120,0 milhões) e Brasil Escolarizado (R\$ 105,1 milhões).

Previdência Social

Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, inferior em R\$ 626,5 milhões ao registrado em julho (queda de 19,5%). A redução do déficit primário se explica essencialmente pelo aumento na arrecadação de contribuições previdenciárias, de R\$ 11,2 bilhões em julho para R\$ 11,7 bilhões em agosto. Adicionalmente, houve queda de R\$ 137,5 milhões no pagamento de benefícios previdenciários em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 26,6 bilhões, contra R\$ 25,5 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 4,2%).

Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. No ano, o déficit atingiu R\$ 26,6 bilhões, equivalente a 1,61% do PIB do período.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL 2007	AGO 2007	JAN-AGO 2006 2007	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.195,1	11.684,0	74.980,3	85.715,5
Arrecadação Bruta	12.339,1	12.889,6	81.755,2	94.936,8
- Contribuição Previdenciária	11.275,2	11.737,0	75.134,0	87.018,1
- Simples	881,9	918,0	4.890,0	6.063,8
- CFT	60,9	31,8	450,9	470,6
- Depósitos Judiciais	67,8	154,0	918,7	1.013,2
- Refis	31,0	25,4	225,4	186,6
- Outras Receitas	22,4	23,4	136,2	184,4
(-) Restituição/Devolução	-27,9	-51,3	-325,8	-352,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.116,1	-1.154,3	-6.449,1	-8.868,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.407,9	14.270,4	100.493,8	112.298,5
Benefícios Previdenciários	14.407,9	14.270,4	100.493,8	112.298,5
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.212,8	-2.586,4	-25.513,6	-26.583,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,70%	-1,61%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,7 bilhões em agosto, representando elevação de R\$ 488,9 milhões (4,4%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros oito meses de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 10,7 bilhões (14,3%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 75,1 bilhões para R\$ 87,0 bilhões (elevação de 15,8%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercu-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	74.980,3	85.715,5	14,3%
Benefícios	100.493,8	112.298,5	11,7%
Resultado Primário	-25.513,6	-26.583,0	4,2%

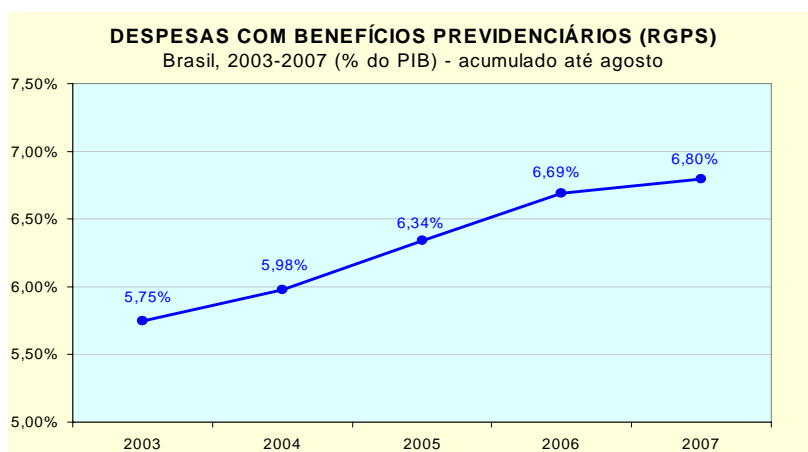
te nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a julho de 2007 foi 10,1% superior à verificada no período correspondente de 2006.

As despesas com benefícios apresentaram, em agosto, queda de R\$ 137,5 milhões (1,0%) com relação ao mês anterior, explicado pela diminuição no pagamento de requisições de pequeno valor, que passaram de R\$ 402,4 milhões em julho para R\$ 284,9 milhões em agosto. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 11,8 bilhões (11,7%), atingindo o montante de R\$ 112,3 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 34,67 (6,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 603,3 mil (2,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,75% do PIB; em 2007, correspondem a 6,80%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,26 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,2	21,8	2,9%
Valor médio RGPS**	556,3	591,0	6,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



Em percentual do PIB as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 18,3%, passando de 5,75% do PIB no acumulado de janeiro a agosto de 2003 para 6,80% do PIB no mesmo período em 2007.

No estoque de benefícios dos oito primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 354,4 mil aposentadorias (2,7%), de 138,0 mil pensões por morte (2,3%) e de 110,2 mil benefícios de auxílio-doença (7,8%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

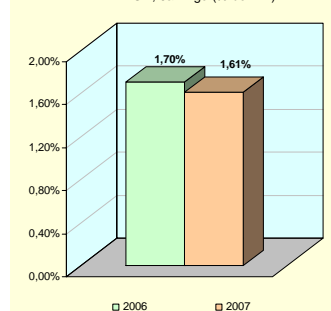
	Em mil benefícios				
	AGO		JUL	AGO	
	2006	2007	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	21.318	21.921	21.930	21.156	21.759
Previdenciários	20.590	21.153	21.160	20.422	21.014
Aposentadorias	13.313	13.646	13.672	13.207	13.559
Idade	6.827	7.044	7.062	6.762	6.988
Invalidez	2.731	2.734	2.732	2.712	2.736
Tempo de contribuição	3.755	3.868	3.878	3.733	3.835
Pensão por morte	5.870	6.010	6.021	5.834	5.973
Auxílio-Doença	1.331	1.414	1.388	1.307	1.406
Salário - maternidade	43	46	42	41	40
Outros	33	37	38	33	36
Acidentários	728	768	770	734	744
Aposentadorias	147	147	147	145	147
Pensão por morte	130	129	129	130	129
Auxílio - doença	95	138	140	102	113
Auxílio - acidentado	269	270	270	269	270
Auxílio - suplementar	87	84	84	88	85

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

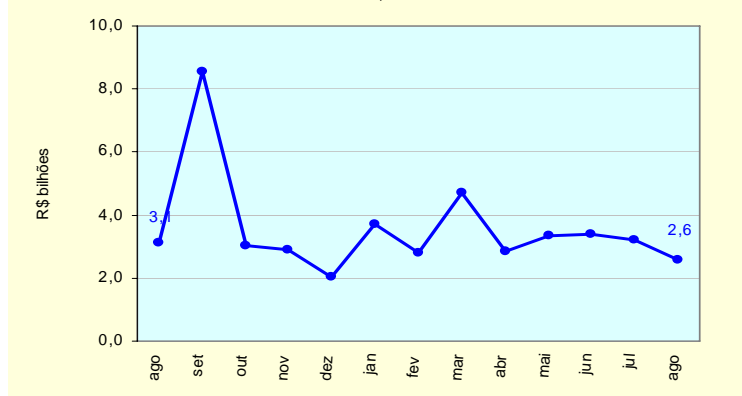
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,19%
Benefícios	6,69%	6,80%
Resultado Primário	-1,70%	-1,61%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,20 ponto percentual em relação ao período de janeiro a agosto do ano passado, superando o aumento de 0,11 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,61% do PIB, 0,09 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (1,70%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Ago (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006/2007



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 656,5 bilhões, perfazendo o equivalente a 26,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em termos nominais houve aumento de R\$ 21,3 bilhões frente ao saldo encerrado em julho, incremento equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB. Essa elevação é explicada – principalmente – pela emissão líquida de títulos, pela apropriação por competência dos juros nominais e pela depreciação cambial ocorrida no mês, a qual elevou o saldo da dívida externa apurada em moeda local.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	408.756	519.701	536.273
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.037.379	1.182.605	1.200.096
Dívida Contratual da STN	-450.453	-467.257	-467.304
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-178.170	-195.647	-196.519
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	135.659	115.525	120.205
Dívida Mobiliária em Poder do Público	105.997	90.163	93.711
Dívida Contratual	29.962	25.620	26.789
Disponibilidades	-301	-258	-294
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	544.415	635.226	656.478
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,1%	25,9%	26,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 656,5 bilhões, o equivalente a 26,6% do PIB acumulado em doze meses.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de agosto com saldo de R\$ 536,3 bilhões, equivalentes a 21,7% do PIB. Esse montante supera o saldo observado no mês anterior em R\$ 16,6 bilhões, ou 0,5 ponto percentual do PIB. O saldo da dívida mobiliária em poder do público apresentou crescimento de R\$ 17,5 bilhões, ou 0,4 ponto percentual do PIB, devido à emissão líquida de títulos ocorrida no mês, no montante de R\$ 4,5 bilhões, e à apropriação por competência dos juros nominais.

Dívida Interna Líquida

Os haveres contratuais líquidos do Tesouro Nacional, Fundos, Autarquias e Fundações, apresentaram elevação de R\$ 919,2 milhões, ainda que em relação ao PIB o saldo tenha se reduzido em 0,1 ponto percentual. A principal redução foi do saldo de arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês, o qual ficou R\$ 2,5 bilhões infe-

Em agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 536,3 bilhões, o equivalente a 21,7% do PIB.

rior ao registrado em julho. Essa redução foi contrabalançada pelo crescimento de outros haveres contratuais, com destaque para aqueles no âmbito da Lei nº 9.496/1997.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	AGO	JUL	AGO
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	408.756	519.701	536.273
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.037.379	1.182.605	1.200.096
LFT	433.296	408.036	413.923
LTN	307.241	310.483	314.723
NTN-B	149.658	221.904	224.631
NTN-C	64.991	63.572	64.554
NTN-D	3.810	1.107	1.171
NTN-F	20.494	119.037	122.177
Demais	34.926	32.271	32.708
Dívida Securitizada	19.146	21.689	21.741
TDA	3.817	4.506	4.468
DÍVIDA CONTRATUAL	-628.623	-662.904	-663.823
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-450.453</i>	<i>-467.257</i>	<i>-467.304</i>
Dívida Bancária	24.257	23.209	23.107
Lei nº 7.976/89	-3.509	-2.305	-2.362
Lei nº 8.727/93	-47.003	-45.592	-45.450
Lei nº 9.496/97	-257.868	-271.119	-272.293
Renegociação Dívidas Municipais	-39.593	-42.092	-42.356
Demais Haveres da STN	-126.738	-129.358	-127.950
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-178.170</i>	<i>-195.647</i>	<i>-196.519</i>
FAT	-126.749	-136.535	-136.352
Demais Entidades	-51.421	-59.112	-60.167
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,9%	48,1%	48,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-27,8%	-27,0%	-26,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-19,9%	-19,0%	-18,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	18,1%	21,2%	21,7%

A Dívida Interna Líquida passou de R\$ 519,7 bilhões em julho para R\$ 536,3 bilhões em agosto.

Emissões e Resgates

Em agosto, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 18,6 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 14,1 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 4,5 bilhões.

As emissões líquidas de títulos totalizaram R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 2,9 bilhões foram de títulos prefixados.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 18,4 bilhões, sendo: i) R\$ 6,2 bilhões em LTN, com vencimentos em abril e outubro de 2008 e outubro de 2009; ii) R\$ 5,2 bilhões em NTN-B, com vencimentos entre novembro de 2009 e maio de 2045; iii) R\$ 4,8 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2013; e iv) R\$ 2,2 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 60,9 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 40,0 milhões em NTN-I para o Proex; ii) R\$ 11,7 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 9,2 milhões em

títulos da dívida securitizada (CVS - série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, AGO/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	18.430,9	60,9	71,1	18.562,9
LFT	4.824,7	0,0	12,8	4.837,5
LTN	6.236,2	0,0	20,2	6.256,3
NTN-B	5.177,1	0,0	28,4	5.205,5
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	2.192,9	0,0	9,8	2.202,7
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	9,2	0,0	9,2
Demais	0,0	51,7	0,0	51,7
II. RESGATES**	12.194,6	1.822,3	47,1	14.063,9
LFT	2.212,2	862,4	8,7	3.083,3
LTN	5.318,1	0,0	10,5	5.328,6
NTN-B	4.446,1	300,4	18,5	4.765,1
NTN-C	19,2	104,9	1,3	125,4
NTN-F	198,6	0,0	8,0	206,7
TDA	0,0	60,1	0,0	60,1
Securitizada*	0,0	95,7	0,0	95,7
Demais	0,3	398,8	0,0	399,0
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	6.236,3	-1.761,4	24,0	4.499,0

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 71,1 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 28,4 milhões em NTN-B com vencimentos entre agosto de 2008 e maio de 2045; ii) R\$ 20,2 milhões em LTN com vencimentos entre abril de 2008 e outubro de 2009; iii) R\$ 12,8 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010, 2012 e 2013; e iv) R\$ 9,8 milhões em NTN-F com vencimentos entre janeiro de 2010 e janeiro de 2017.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em agosto, atingiu R\$ 14,1 bilhões, sendo R\$ 7,2 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 6,9 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 2,5 bilhões em NTN-B, R\$ 368,5 milhões em LFT, R\$ 124,1 milhões de NTN-C e R\$ 9,3 milhões de LFT-B, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; ii) R\$ 2,0 bilhões em LTN e R\$ 198,6 milhões de NTN-F, ambas aceitas no leilão de troca de LTN; e iii) R\$ 1,6 bilhão em LFT aceitas no leilão de troca desse título.

Em relação à composição da DPMFi, não houve variação significativa na participação dos diversos títulos. Os títulos prefixados apresentaram aumento

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em agosto, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via internet, alcançou R\$ 71,1 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a NTN-B (incluindo NTN-B principal), com 40,0% do montante vendido, seguida pela LTN, com 28,4% e pela LFT, com 17,9%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2007 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 584,2 milhões e 19.333 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.210 novos investidores no Tesouro Direto. O número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 92.531 pessoas, apresentando aumento de 40,20% em relação a agosto de 2006.

de 0,09 ponto percentual devido às emissões líquidas de LTN e NTN-F, no valor de R\$ 927,7 milhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente.

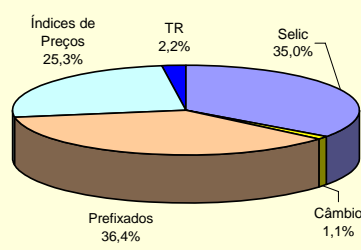
Em agosto, o estoque dos títulos prefixados correspondeu a 36,45% da DPMFi, parcela essa superior à dos demais fatores de remuneração da dívida mobiliária.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006		2007	
	AGO	JUL	AGO	
Selic	42,47	35,05	35,02	(%)
Câmbio	1,63	1,05	1,08	
Prefixados	31,65	36,36	36,45	
Índices de Preços	22,04	25,30	25,25	
TR	2,22	2,24	2,19	

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, AGO/2007



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 12,01% a.a., em julho, para 13,74% a.a., em agosto devido à: i) apreciação do dólar norte-americano frente ao real (4,50%, em agosto, contra depreciação de 2,52%, em julho); e ii) maior variação do IPCA (0,47%, em agosto, contra 0,24%, em julho) e do IGP-M (0,98%, em agosto, contra 0,28%, em julho).

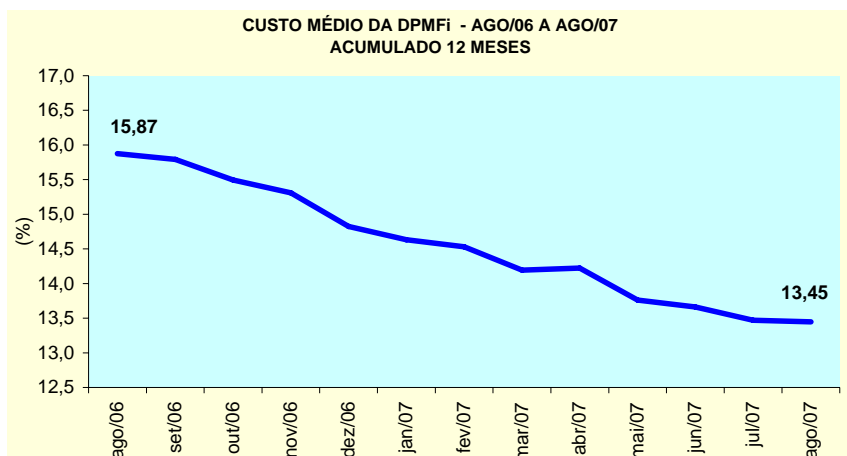
O custo médio anualizado da DPMFi aumentou de 12,01% em julho para 13,74% em agosto, explicado pela depreciação cambial e pela elevação da inflação medida pelo IPCA e pelo IGP-M.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

PERÍODO	TOTAL (% anual)		
	(1)	(2)	
2006	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	AGO	13,24	13,74

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu de 13,47% a.a., em julho, para 13,45% a.a., em agosto, em virtude da redução da taxa Selic (0,99%, em agosto de 2007, contra 1,26%, no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que este indicador reduz a influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 13,45% a.a., apresentando redução de 0,02 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em agosto, o prazo médio da DPMFi reduziu 0,33 mês, passando de 35,59 meses, em julho, para 35,26 meses, em agosto. A superioridade do prazo médio dos títulos emitidos no mês (55,86 meses) sobre o estoque em circulação (35,59 meses) não foi suficiente para compensar o efeito estatístico da aproximação do vencimento da dívida mobiliária interna. A vida média da DPMFi também apresentou redução, ao passar de 53,84 meses, em julho, para 53,77 meses, em agosto, pela razão exposta.

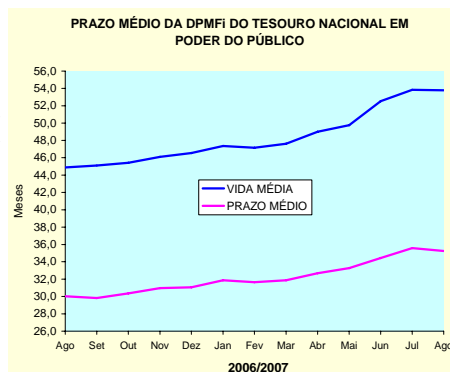
Prazo Médio

Em comparação a julho, o prazo médio da DPMFi em poder do público diminuiu 0,33 mês.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006	Ago	44,89	30,01
	Set	45,10	29,82
	Out	45,42	30,35
	Nov	46,11	30,96
	Dez	46,55	31,06
2007	Jan	47,35	31,88
	Fev	47,16	31,64
	Mar	47,62	31,88
	Abr	48,99	32,69
	Mai	49,77	33,28
	Jun	52,52	34,43
	Jul	53,84	35,59
	Ago	53,77	35,26

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	Meses		
	2006 AGO	2007 JUL	2007 AGO
LFT	20,38	23,57	23,21
LTN	9,77	10,59	9,78
NTN-B	58,28	66,48	67,40
NTN-C	78,59	82,92	82,03
NTN-D	7,35	11,35	10,32
TDA	59,99	55,69	55,04
Dívida Securitizada*	84,59	85,75	85,03
Demais	73,42	49,10	48,35
TOTAL	30,01	35,59	35,26

(*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto de 2007 com saldo de R\$ 120,2 bilhões, equivalentes a 4,9% do PIB acumulado em 12 meses. Em moeda nacional houve aumento de R\$ 4,7 bilhões em relação ao mês anterior, o que correspondeu a um crescimento de 0,16 ponto percentual sobre o PIB. Este aumento deveu-se, exclusivamente, à depreciação cambial no mês, da ordem de 4,5%, uma vez que avaliado na moeda norte-americana o saldo apresentou pequeno decréscimo.

Dívida Externa Líquida

Em agosto, a Dívida Externa Líquida aumentou R\$ 4,7 bilhões, em virtude da depreciação cambial ocorrida no período.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO¹
BRASIL, 2006/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	AGO	JUL	AGO	AGO
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	105.997	90.163	93.711	
Bônus de Renegociação	497	378	395	
Bônus de Captação	105.500	89.785	93.316	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	29.962	25.620	26.789	
Organismos Multilaterais	23.721	21.294	22.251	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.241	4.326	4.538	
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	135.959	115.783	120.500	
III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-301	-258	-294	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)	135.659	115.525	120.205	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,0%	4,7%	4,9%	

¹ Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

O serviço da DPFe totalizou R\$ 975,1 milhões, sendo R\$ 805,5 milhões referentes ao pagamento de juros, ágio e encargos e R\$ 169,6 milhões referentes ao pagamento de principal.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,0 bilhão no mês.

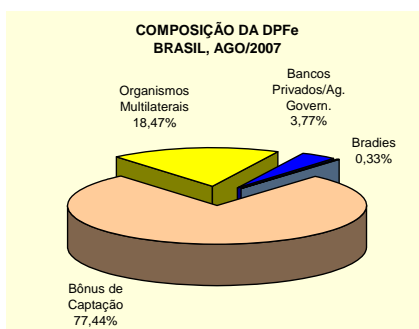
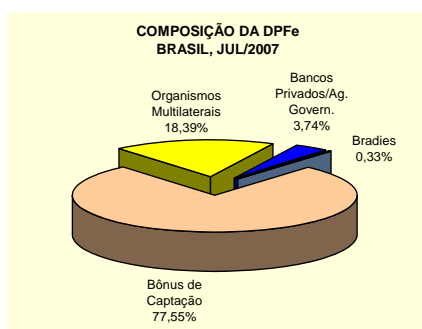
TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, AGO/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	169,6	805,5	975,1
I.1. Organismos Multilaterais	134,9	95,7	230,6
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	34,7	5,6	40,3
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	704,2	704,2
Global 2011	0,0	66,9	66,9
Global 2025	0,0	156,5	156,5
Global 2040	0,0	480,8	480,8

⁽¹⁾ A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Na composição da DPFe observou-se pequena redução da participação dos Bônus de Captação, de 77,55% para 77,44%, devido ao pagamento de cupom de juros de alguns títulos.



Em agosto, os bônus de captação responderam por 77,44% da Dívida Pública Federal externa, seguidos pelas obrigações junto a organismos multilaterais, responsáveis por 18,47%.

O prazo médio da dívida externa mobiliária passou de 6,29 meses, em julho, para 6,26 meses, em agosto. Uma vez que não houve emissão de títulos no mercado externo no mês de agosto, esta redução é resultado da aproximação dos vencimentos dos títulos em circulação. A vida média da dívida externa também diminuiu, ao passar de 14,12 anos, em julho, para 13,95 anos, em agosto.

Custo e Prazo Médios

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa, para o mês de agosto de 2007, ficou em 3,59%, reflexo da já citada depreciação do real frente ao dólar norte-americano, moeda mais representativa do estoque desta dívida.

**TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	AGO	JUL	AGO
PRAZO MÉDIO (1)	6,03	6,29	6,26
Bônus de Renegociação	3,08	2,78	2,70
Bônus de Captação	6,04	6,31	6,28
Globais	6,72	6,74	6,73
Euros	3,27	3,30	3,22
Reais	5,69	7,21	7,13
Demais	0,71	-	-
VIDA MÉDIA (2)	13,89	14,12	13,95
Bônus de Renegociação	7,04	6,12	6,04
Bônus de Captação	13,92	14,16	13,98
Globais	16,06	15,96	15,77
Euros	4,69	4,20	4,12
Reais	-	14,65	14,57
Demais	0,85	-	-
CUSTO MÉDIO (3)	1,62	(2,02)	3,59
Bônus de Renegociação	(4,43)	(8,59)	(2,81)
Bônus de Captação	2,02	(1,99)	3,62
Globais	0,43	(4,65)	1,35
Euros	3,00	0,97	6,57
Reais	13,10	12,58	12,47
Demais	(5,79)	-	-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em agosto, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa era de 6,26 meses. O custo médio acumulado em 12 meses ficou em 3,59%.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

Tabela A6 – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Agosto 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Agosto 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2006/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. RECEITA TOTAL	45.425,6	44.760,7	46.828,4	42.752,6	57.645,3	52.058,0	43.184,5	47.696,3	54.940,2	48.230,8	49.423,3	50.850,9	48.636,7
I.1. Receitas do Tesouro	35.291,8	34.230,7	36.392,4	32.142,3	40.070,6	42.523,7	32.613,4	37.026,6	44.231,0	37.290,6	38.395,4	39.584,0	36.855,4
I.1.1. Receita Bruta	35.776,0	35.831,3	37.956,6	33.404,2	41.491,4	43.083,3	32.720,5	37.399,9	45.122,3	37.633,3	39.625,9	40.889,9	38.772,7
- Impostos	13.702,7	15.121,4	15.777,2	13.823,3	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6
- Contribuições	15.804,1	17.035,0	16.985,4	16.394,2	17.294,4	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5
- Demais ¹	6.269,2	3.674,8	5.194,0	3.186,7	3.210,8	6.870,1	2.806,3	4.241,2	7.819,9	5.551,3	3.070,9	5.138,3	4.032,6
I.1.2. (-) Restituições	-484,3	-1.600,5	-1.564,2	-1.261,8	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0
I.3. Receitas do Banco Central	113,5	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0
II.4. Demais	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.648,0	38.011,5	40.375,2	33.395,3	48.359,6	43.924,5	34.291,6	40.047,5	46.369,8	38.807,1	39.745,3	43.117,9	40.149,5
IV. DESPESA TOTAL	31.380,5	37.637,6	33.527,0	33.733,9	54.153,9	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.094,4	34.485,0	34.556,8	37.972,0	36.598,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	7.874,8	8.543,5	8.481,4	9.272,1	13.016,5	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4
IV.3. Custeio e Capital	10.195,7	9.908,4	11.507,0	10.922,0	21.359,0	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.939,5	11.446,2	11.031,8	12.298,8	13.438,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.798,5	1.417,3	1.563,7	890,3	1.665,3	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9
- Demais Despesas do FAT	36,6	47,8	35,1	134,9	142,3	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.660,4	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,3	734,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	180,0	546,9
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	227,4	186,1	131,3	194,4	206,8	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	187,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.094,8	7.681,2	8.275,5	8.215,8	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.313,6	8.329,5	7.634,9	8.118,7	9.240,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,5	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1
IV.5. Despesas do Banco Central	135,8	149,2	127,9	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.267,5	373,9	6.848,1	-338,7	-5.794,3	11.527,3	3.481,4	3.848,0	14.275,4	4.322,1	5.188,5	5.145,9	3.550,6
V.1. Tesouro Nacional	9.390,2	8.979,6	9.897,8	2.518,2	-3.702,4	15.282,0	6.295,8	8.571,7	17.224,8	7.710,6	8.643,4	8.435,7	6.209,4
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4
V.3. Banco Central ⁶	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	307,5	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	652,6	-543,8	736,2	181,5	-25,2	180,1	-1.080,3	-193,0	430,5	785,5	151,4	-352,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	7.227,6	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4
RMV ⁴	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	46.982,5	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5
I.1 - Recolhimento Bruto	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	118,5	118,5	141,5
I.5 - Receita do Salário Educação	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4
II. DESPESAS	49.391,4	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	51.289,6	45.617,3	52.535,0	47.554,3	60.093,4	56.542,3	56.193,8	48.263,8
II.1 - Liberações Vinculadas	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6
II.1.4 - Outras Vinculações	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6
II.2 - Liberações Ordinárias	39.921,6	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	41.724,4	35.552,8	43.991,5	37.274,6	49.052,8	45.073,8	46.863,5	38.126,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	10.851,8	9.490,6	10.672,6	9.262,7	9.330,4	11.788,1	9.354,5	9.548,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5
i) Dívida Contratual Interna	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1
ii) Dívida Contratual Externa	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,2	6.593,8	8.278,3	7.256,7	13.499,9	8.567,5	8.231,6	8.974,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-2.408,9	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-10.099,8	3.090,3	-4.243,0	6.309,5	-7.401,0	-4.429,9	-6.039,7	5.189,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8
V. DESPESAS	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3
V.1 - Amortização da Dívida Interna	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5
V.1.2 - Dívida Contratual	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.098,1	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-13.194,8	35.292,8	4.357,4	3.067,6	21.542,3	19.609,2	-35.402,8	16.967,6

* Critério Liberação. Dados revisitos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5
I.1. Emissão de Títulos	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0
II.1. Resgate de Títulos	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0
III. RESULTADO (I - II)	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0
IV. PRONAF	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9
V. PROEX	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA1	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0
XIII. TOTAL	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	180,0	546,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. DÍVIDA INTERNA	408.755,8	428.255,9	428.608,9	453.323,8	467.606,3	443.797,1	478.543,6	498.638,9	506.666,8	533.679,5	552.304,4	519.701,3	536.272,7
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6
Dívida Bancária	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3	23.106,8
INSS	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6	-18.359,2
Lei 7.976/89	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5	-2.362,4
Bônus Renegociação	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2	-8.750,6
Lei 8.727/93	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8	-45.449,8
Lei 9.496/97	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4	-272.293,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3	-42.355,8
Recebíveis das Estatais	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.293,2	-37.679,7
Outros	-41.754,1	-41.261,5	-41.351,6	-41.714,8	-41.855,5	-41.891,6	-41.319,4	-41.314,2	-41.523,1	-40.627,6	-40.544,7	-40.622,2	-40.652,3
Fat	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5
Demais Entidades	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.112,0	-60.167,0
Créditos das Operações Oficiais	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1	-12.838,5
Arrecadação a Recolher	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.186,0	-9.669,7
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2
Dívida Mobiliária	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0
Dívida Contratual	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6
Disponibilidades	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	544.414,7	567.215,4	566.417,4	593.530,7	606.556,0	580.846,1	615.845,0	630.915,3	637.916,3	655.656,8	674.799,4	635.226,3	656.477,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,1%	25,0%	24,7%	25,7%	26,1%	24,8%	26,1%	26,5%	26,5%	27,0%	27,6%	25,9%	26,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0	395,0
Brazil Investment Bond (BIB)	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0	395,0
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6	103.636,7	103.164,5	95.553,9	96.264,0	89.785,2	93.316,0
A-Bond	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8	8.196,4
Euro 2006	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9	1.619,9
Euro 2009	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0	701,8
Euro 2010	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3	1.133,1
Euro 2011	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2
Euro 2012	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2
Euro 2015	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6	2.140,1
Eurolibra 2007	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	568,0	572,8	537,8	544,6	-	-
Eurolira 2017	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2	1.036,2
Global 2007	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-	-
Global 2008	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8	2.922,2	3.053,6
Global 2009	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3	2.474,8
Global 2010	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4	2.568,9
Global 2011	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1	1.395,1
Global 2012	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7	1.857,6
Global 2013	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0	2.270,7
Global 2014	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7	1.938,1
Global 2015	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3	3.614,8
Global 2017				3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.022,5	3.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5	3.922,3
Global 2019	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8	2.776,2
Global 2020	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3	1.411,0
Global 2024	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4	5.195,9
Global 2025	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1	3.748,4
Global 2027	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9	5.834,9
Global 2030	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4	1.765,3
Global 2034	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9	4.804,5
Global 2037	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0	4.882,1
Global 2040	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8	8.556,9
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022		1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028							2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	900,7	913,1	857,5	857,5	845,0	879,8
Samurai 2007	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.080,1	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,0%	6,1%	6,0%	6,1%	6,0%	5,9%	5,6%	5,5%	5,0%	5,0%	4,7%	4,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7	406,1
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7	406,1
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6	98.417,5	99.681,9	91.999,5	95.664,4
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7	8.280,2
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4	1.759,3
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7	735,2
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2	1.204,8
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4	2.828,4
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7	2.887,9
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6	2.231,3
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-	-
Eurolibra 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9	1.056,8
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-	-
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0	3.186,9
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.695,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7	2.592,5
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9	2.664,3
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6	1.404,4
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6	1.886,0
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3	2.318,6
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9	1.964,6
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8	3.568,2	3.752,3
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3	3.951,0
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9	2.870,0
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0	1.434,0
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3	5.370,1
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4	3.773,0
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3	6.008,9
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8	1.870,5
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5	4.849,7
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2	4.921,7
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3	8.593,5
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1	3.058,3
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1	3.842,5
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1	901,7
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,2%	6,2%	6,0%	5,9%	5,7%	5,6%	5,2%	5,2%	4,8%	5,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5	1.497.719,7	1.523.150,4	1.493.201,9	1.515.985,0
I. Dívida em Mercado	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6
Dívida Securitizada	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8	21.740,5
TDA	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6	4.467,7
LTN	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8	314.723,3
LFT	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6	413.923,0
LFT-A	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4	3.765,5
LFT-B	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9	822,9
NTN-A	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3	8.618,1
NTN-B	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4	224.630,5
NTN-C	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2	64.554,2
NTN-D	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2	1.171,3
NTN-F	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4	122.177,3
NTN-I	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7	1.482,7
NTN-P	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0	3.426,1
CFT-A	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5	8.439,6
CFT-D	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2	1.646,2
Demais	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1	4.506,7
II. Dívida com BACEN	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.094,0	312.749,2	310.596,8	315.889,4
LTN	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2
LFT	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6
NTN-D	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0	5.967,4
Demais	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8	91.636,2
Dívida em Mercado/PIB	45,9%	46,7%	46,5%	47,2%	47,4%	46,8%	47,9%	48,4%	48,3%	48,8%	49,5%	48,1%	48,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2006	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2007
I. INTERNA	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.302,3	-187.877,5	-189.402,2	-190.488,6	-191.216,0	-192.775,5	-193.445,4	-195.646,7	-196.518,5
Dívida contratual	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5	179,9
FAT	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5
Aplicações financeiras	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9	-4.965,9
Fundos Regionais	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.293,3	-36.692,8
Demais	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3	-18.688,2
II. EXTERNA	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4
Disponibilidades	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.548,7	-188.156,7	-189.689,9	-190.768,2	-191.501,5	-193.030,5	-193.708,5	-195.904,6	-196.812,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,0%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	974.302	508.613	363.727	360.172	120.411	480.583	972.353	728.923	459.793	292.336	290.886	53.822	344.708
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.196	1.892	1.596	1.595	42	1.636	2.386	2.173	1.580	1.377	1.377	8	1.385
Advocacia-Geral da União	82.373	68.728	48.841	42.324	13.233	55.557	120.605	118.571	71.246	54.016	53.694	6.220	59.914
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	788.617	401.823	329.644	299.442	76.727	376.169	937.072	724.623	438.575	360.831	347.431	74.554	421.985
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095	1.127.538	874.512	834.149	260.834	1.094.983	2.712.177	2.306.445	1.273.098	1.059.719	920.330	336.005	1.256.335
Ministério da Fazenda	1.947.223	1.144.425	1.001.957	997.676	52.778	1.050.454	2.317.546	2.315.290	1.330.359	1.170.343	1.166.818	144.361	1.311.179
Ministério da Educação	6.893.814	4.364.008	3.344.997	3.129.741	798.597	3.928.338	8.092.439	7.976.418	4.826.771	3.448.039	3.375.443	1.021.301	4.396.744
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	450.885	287.524	253.734	253.474	18.795	272.270	531.120	494.384	333.990	279.479	278.462	19.409	297.871
Ministério da Justiça	854.896	497.331	393.390	389.656	130.260	519.916	1.204.754	1.138.963	657.941	559.598	555.096	66.204	621.299
Ministério de Minas e Energia	517.940	212.521	158.206	155.407	27.542	182.948	588.677	428.489	269.700	172.267	166.297	55.383	221.680
Ministério da Previdência Social	888.640	635.267	520.766	479.855	100.254	580.109	1.364.526	1.276.038	990.236	792.254	743.136	72.225	815.361
Ministério das Relações Exteriores	880.976	382.977	355.374	354.387	85.383	439.770	951.943	824.510	525.710	507.489	507.104	18.562	525.666
Ministério da Saúde	33.405.747	23.279.513	20.156.956	20.048.133	1.224.516	21.272.649	36.828.389	36.381.556	27.184.804	20.832.888	20.767.066	1.865.451	22.632.517
Ministério do Trabalho e Emprego	781.149	369.134	234.301	233.831	91.419	325.250	839.324	683.100	496.903	371.467	368.655	39.194	407.849
Ministério dos Transportes	860.002	346.543	217.566	197.243	60.496	257.739	852.803	650.745	326.379	205.353	200.345	115.402	315.747
Ministério das Comunicações	353.788	171.001	122.173	122.146	29.418	151.565	436.595	338.481	198.017	129.399	129.049	25.110	154.160
Ministério da Cultura	399.947	186.946	118.360	110.219	89.634	199.854	395.770	311.716	163.929	104.417	102.768	78.733	181.500
Ministério do Meio Ambiente	399.880	248.575	175.044	173.462	53.660	227.122	578.122	424.754	254.551	179.491	178.954	35.998	214.952
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	557.339	260.033	206.558	201.205	64.445	265.650	920.764	718.209	502.949	379.659	375.182	46.675	421.857
Ministério do Desenvolvimento Agrário	653.010	421.406	262.683	259.186	89.237	348.423	651.702	560.027	315.695	184.424	182.688	83.208	265.896
Ministério do Esporte	412.066	116.891	63.257	63.006	46.741	109.747	441.440	319.426	240.221	157.756	157.631	112.958	270.589
Ministério da Defesa	3.939.397	2.186.646	1.493.799	1.366.868	431.558	1.798.426	4.264.248	4.052.573	2.490.039	1.856.875	1.797.242	540.884	2.338.126
Ministério da Integração Nacional	298.860	129.594	85.241	83.455	56.150	139.606	290.344	201.616	113.669	68.521	67.615	43.508	111.123
Ministério do Turismo	357.953	211.687	141.974	141.780	39.667	181.447	397.364	272.766	192.246	105.343	104.539	35.099	139.638
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.226.807	6.190.671	5.900.142	5.866.071	85.737	5.951.809	10.633.752	10.372.276	9.892.532	6.738.247	6.735.015	108.572	6.843.587
Ministério das Cidades	402.652	238.687	169.112	158.006	45.561	203.566	447.570	338.816	201.159	166.467	136.371	56.953	193.324
Encargos Financeiros da União	340.786	136.621	119.002	97.476	29.808	127.284	394.700	379.739	302.022	170.167	164.856	36.611	201.466
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650	34.197	34.181	34.181		34.181							
Operações Oficiais de Crédito	56.672	53.660	23.973	21.056		21.056							
TOTAL	70.079.659	44.214.454	37.171.067	36.475.201	4.143.015	40.618.215	78.344.753	74.455.208	54.125.140	40.412.040	39.937.868	5.099.601	45.037.469

Dados preliminares.

* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	110.412	25.408	11.407	10.513	34.847	45.360	678.664	413.118	86.681	44.783	44.632	40.219	84.851
Gabinete da Vice-Presidência da República	214	0	0	0	-	0	214	213	55	55	55	-	55
Advocacia-Geral da União	2.927	725	266	172	3.353	3.524	10.195	10.195	3.391	611	555	1.444	1.999
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.449	135.265	17.576	7.879	133.596	141.475	534.861	178.341	63.035	10.129	9.182	161.042	170.223
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.009.145	273.250	79.274	66.285	125.284	191.569	1.038.247	1.026.360	338.911	103.842	95.291	312.568	407.858
Ministério da Fazenda (3)	388.481	89.572	13.303	13.240	101.166	114.406	56.076	50.476	16.201	13.103	12.986	159.091	172.077
Ministério da Educação	1.180.684	315.035	120.263	92.206	528.402	620.607	1.595.905	1.088.488	304.633	173.676	160.847	593.230	754.077
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	93.856	19.304	1.290	1.290	19.431	20.721	209.757	140.213	4.079	2.350	2.239	28.164	30.403
Ministério da Justiça	614.765	130.886	18.383	17.458	188.062	205.520	793.827	551.779	155.565	82.789	82.752	145.552	228.304
Ministério de Minas e Energia	115.983	8.382	3.975	3.859	3.037	6.896	48.918	34.052	10.273	2.750	2.542	8.007	10.549
Ministério da Previdência Social	288.164	10.713	4	4	49.412	49.416	45.800	37.492	16.717	3.341	2.473	68.012	70.485
Ministério das Relações Exteriores	39.506	5.930	5.415	5.394	2.875	8.269	42.159	31.541	7.182	6.418	6.404	6.138	12.542
Ministério da Saúde	3.297.792	1.252.101	154.338	144.980	887.716	1.032.697	3.796.193	1.750.586	294.408	131.585	130.455	1.017.049	1.147.504
Ministério do Trabalho e Emprego	26.450	4.286	3.113	3.112	7.721	10.833	64.486	53.334	20.256	11.448	11.447	6.140	17.586
Ministério dos Transportes	4.905.586	2.157.482	361.198	226.183	1.338.536	1.564.719	6.856.799	5.540.542	3.334.734	920.643	837.829	1.653.905	2.491.733
Ministério das Comunicações	109.961	8.686	3.974	482	21.032	21.515	84.365	71.708	7.864	1.665	1.657	10.424	12.081
Ministério da Cultura	134.085	72.477	7.160	5.581	26.078	31.660	243.969	107.899	50.933	7.842	7.721	50.818	58.539
Ministério do Meio Ambiente	94.119	9.528	2.511	2.339	25.163	27.502	70.274	79.332	2.130	951	945	20.021	20.966
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	64.135	18.584	3.129	2.908	7.155	10.062	52.434	43.329	12.417	274	254	16.369	16.622
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.678.105	1.031.817	491.537	488.819	116.561	605.381	1.712.083	1.521.644	701.718	580.382	577.095	183.012	760.108
Ministério do Esporte	469.178	274.130	5.793	5.792	86.346	92.138	461.968	120.643	112.975	24.321	24.321	135.724	160.045
Ministério da Defesa	1.964.064	734.556	157.865	145.733	408.705	554.438	2.407.989	1.690.795	713.246	357.426	346.768	385.428	732.196
Ministério da Integração Nacional	1.813.486	569.902	97.219	49.494	487.606	537.100	1.801.846	638.917	229.804	30.488	30.372	384.510	414.882
Ministério do Turismo	884.929	376.123	362	359	115.158	115.516	1.346.698	294.304	241.923	1.278	1.278	194.265	195.543
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	212.510	100.630	24.494	24.466	21.664	46.130	232.938	123.528	3.726	3.096	3.096	40.402	43.498
Ministério das Cidades	2.288.351	829.263	28.014	27.979	280.610	308.589	3.223.484	1.171.848	252.976	15.693	13.971	438.066	452.037
TOTAL	22.229.337	8.454.037	1.611.864	1.346.528	5.019.516	6.366.043	27.410.148	16.770.677	6.985.832	2.530.938	2.407.165	6.059.598	8.466.763

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui "Encargos Financeiros da União".

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ AGOSTO 2006/2007 *

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
CÂMARA DOS DEPUTADOS	123.664.800	7.263.403	3.117.675	3.117.675	5.087.167,9	8.204.843	115.085.000	7.164.911	1.776.639	1.771.644	15.138.107	16.909.751
SENADO FEDERAL	104.483.700	20.653.403	4.491.919	4.491.919	9.068.939,4	13.560.858	126.845.615	15.605.461	5.925.432	5.923.166	14.308.245	20.231.411
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	4.883.834	3.944.465	3.944.465	1.360.705,4	5.305.170	53.646.711	4.909.732	2.936.676	2.936.676	3.433.019	6.369.695
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	17.599.146	2.756.795	1.377.836	1.371.446	13.409.696,5	14.781.143	62.789.308	28.693.262	5.583.183	5.583.165	21.753.557	27.336.722
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	13.405.200	789.957	492.246	492.246	6.888.104,8	7.380.350	8.999.577	3.705.754	496.649	487.557	3.538.575	4.026.132
JUSTICA FEDERAL	232.345.174	135.437.422	95.345.992	94.980.307	89.709.668,9	184.689.976	266.763.097	171.999.816	133.766.922	133.662.557	123.166.189	256.828.746
JUSTICA MILITAR	6.445.770	1.065.280	335.116	335.116	1.390.070,5	1.725.186	7.585.301	842.520	514.755	514.403	2.116.730	2.631.133
JUSTICA ELEITORAL	161.315.183	67.847.412	33.579.212	22.846.618	66.809.856,7	89.656.475	179.537.638	93.622.411	22.747.885	22.543.036	48.287.199	70.830.235
JUSTICA DO TRABALHO	205.667.946	55.167.569	21.854.223	19.392.967	133.631.344,5	153.024.312	213.881.066	46.975.607	17.158.477	16.905.036	95.175.022	112.080.058
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	39.292.500	14.262.163	12.276.433	12.058.848	23.031.170,4	35.090.019	45.918.000	5.154.854	2.293.801	1.881.063	21.660.619	23.541.682
PRESIDENCIA DA REPUBLICA 3	136.736.364	29.671.880	14.551.007	13.562.263	34.262.837,6	47.825.101	854.969.007	96.439.459	52.052.210	51.844.758	56.296.032	108.140.790
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	116.754.562	19.934.820	3.133.659	2.907.308	7.052.313,7	9.959.621	55.066.452	13.516.931	580.919	560.637	130.577.372	131.138.009
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	442.948.702	155.264.747	32.481.598	21.976.935	170.870.533,8	192.847.469	545.121.006	94.312.158	31.988.689	30.180.900	175.922.616	206.103.516
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.076.095.711	283.423.512	95.855.232	83.273.033	84.381.488,0	167.654.521	1.039.446.794	331.091.955	99.988.306	92.328.216	269.817.933	362.146.148
MINISTERIO DA FAZENDA 4	503.516.345	106.393.557	24.506.300	24.426.019	121.213.409,1	145.639.428	82.757.144	25.070.797	18.165.075	18.047.224	174.466.508	192.513.732
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.244.092.186	324.519.543	122.665.535	93.630.956	556.100.674,8	649.731.631	1.861.728.477	331.286.997	177.737.241	164.726.844	671.814.975	836.541.817
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	104.340.597	19.304.389	1.289.951	1.289.951	19.431.113,7	20.721.065	218.757.102	4.079.405	2.349.620	2.239.433	27.964.008	30.203.441
MINISTERIO DA JUSTICA	960.235.436	244.527.035	79.554.926	78.629.893	188.654.256,8	267.284.150	987.826.164	313.212.099	217.570.724	213.654.193	267.791.602	481.445.795
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	115.982.675	7.925.104	2.986.782	2.866.903	4.920.220,7	7.787.124	49.286.107	11.394.790	3.085.288	2.870.843	14.447.168	17.318.011
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	304.164.288	17.683.046	1.120.688	662.867	49.411.552,3	50.074.419	45.800.000	16.717.310	3.341.253	2.472.841	74.853.227	77.326.068
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	149.415.557	29.258.009	6.374.107	6.356.748	55.410.963	61.767.711	301.972.384	31.971.496	13.175.937	13.064.843	76.039.901	89.104.744
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	5.929.525	5.415.174	5.394.146	2.874.628,5	8.268.775	42.159.236	7.182.215	6.418.236	6.404.126	6.088.508	12.492.634
MINISTERIO DA SAUDE	3.297.792.030	1.241.308.891	152.535.126	143.750.054	858.001.338,8	1.001.751.393	4.645.831.331	300.146.793	130.979.686	129.601.924	976.597.445	1.106.199.369
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	40.449.704	10.033.824	6.644.191	6.643.201	7.321.419,2	13.964.620	64.485.893	20.255.710	11.447.605	11.446.961	8.865.363	20.312.324
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	6.055.741.049	2.946.002.665	535.136.687	326.561.652	1.755.620.218,0	2.082.181.870	9.775.734.467	4.818.547.124	1.229.901.855	1.126.847.953	1.937.753.194	3.064.601.147
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	109.960.594	8.686.078	3.974.445	482.445	21.032.367,9	21.514.813	174.365.323	7.863.604	1.664.950	1.657.110	10.142.664	11.799.775
MINISTERIO DA CULTURA	134.085.311	72.390.325	7.103.423	5.524.487	25.499.621,7	31.024.109	243.969.226	50.912.219	7.833.673	7.721.173	50.519.385	58.240.558
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	137.905.878	30.410.770	10.525.918	10.353.892	28.822.990,1	39.176.882	96.375.901	2.135.431	950.486	944.374	20.569.402	21.513.776
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.345.919.350	1.035.123.700	491.435.431	488.718.354	125.395.373,4	614.113.728	1.826.915.906	678.260.987	558.563.697	556.124.630	185.618.314	741.742.944
MINISTERIO DO ESPORTE	530.403.496	336.210.958	35.792.629	35.792.312	84.497.489,5	120.289.801	604.468.494	251.358.606	143.429.664	143.429.664	149.317.565	292.747.229
MINISTERIO DA DEFESA	2.336.731.194	1.055.677.007	411.931.964	397.912.236	552.533.008,4	950.445.244	3.117.079.562	1.152.156.086	751.244.660	738.417.122	593.037.648	1.331.454.770
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.881.703.629	628.924.692	100.985.113	53.114.047	559.562.339,0	612.676.386	3.339.224.114	617.581.944	95.990.647	95.846.925	451.986.500	547.833.425
MINISTERIO DO TURISMO	1.309.929.071	801.110.258	451.778	347.978	115.117.811,1	115.465.789	1.346.698.000	241.922.701	1.277.586	1.277.586	267.224.283	268.501.869
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	213.410.284	101.189.901	24.466.007	24.466.007	19.848.649,9	44.314.657	233.536.470	3.725.562	3.096.094	3.096.094	40.524.116	43.620.210
MINISTERIO DAS CIDADES	3.290.370.086	1.809.313.448	52.556.905	50.912.072	429.318.629,1	480.230.702	5.759.926.772	1.533.718.831	18.043.237	16.202.490	574.390.468	590.592.958
TOTAL	27.821.492.352	11.630.344.921	2.400.289.691	2.042.587.367	6.227.541.973	8.270.129.339	38.394.552.645	11.333.535.539	3.774.077.758	3.623.217.166	7.561.203.458	11.184.420.624

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

1 "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

2 Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

3 Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

4 Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XII - nº 8 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Agosto / 2007

Comentários

Em Agosto de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 5,52%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.137.458.985,85 (mil), em Agosto de 2007, contra R\$ 4.882.592,30 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago / 2007	Ago / 2007	Jan a Ago/ 2007
							Jul / 2007	Ago / 2006	Jan a Ago/ 2006
FPM	2.362.274,6	2.390.043.885,91	19.777.400.492,81	2.386.135,5	2.517.762.602,63	21.792.110.733,94	5,52%	5,34%	10,19%
FPE	2.256.433,7	2.282.958.777,36	18.891.278.525,77	2.280.084,8	2.405.861.807,77	20.821.582.771,64	5,52%	5,38%	10,22%
IPI	180.908,2	184.787.284,02	1.425.261.819,85	216.372,0	213.834.575,45	1.611.035.782,33	-1,17%	15,72%	13,03%

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Agosto de 2007 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Agosto	4,00 %	5,20 %	4,00 %	5,20 %	-1,00 %	-1,17 %

Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	set/ago	out/set	nov/out
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	5,00 %	-14,00 %	20,00 %
IPI-EXP	17,00 %	-10,00 %	3,00 %

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
ACRE	AC	13.289.223,87	82.304.532,45	34.733,18
ALAGOAS	AL	59.960.131,10	100.086.257,05	631.710,16
AMAZONAS	AM	34.655.480,62	67.133.167,91	5.703.586,12
AMAPÁ	AP	8.607.264,82	82.088.004,89	202.298,22
BAHIA	BA	227.379.245,16	226.059.587,12	16.727.068,50
CEARÁ	CE	131.621.569,38	176.515.674,93	1.976.573,50
DISTRITO FEDERAL	DF	5.107.701,47	16.605.258,21	133.189,03
ESPIRITO SANTO	ES	43.767.532,29	36.087.927,12	9.694.194,76
GOIÁS	GO	90.875.366,20	68.401.057,06	2.183.381,48
MARANHÃO	MA	105.106.368,41	173.659.916,97	2.236.110,93
MINAS GERAIS	MG	330.601.355,98	107.169.114,22	24.531.782,42
MATO GROSSO DO SUL	MS	37.158.403,38	32.046.079,39	1.452.698,03
MATO GROSSO	MT	46.386.114,07	55.524.884,68	1.986.262,35
PARÁ	PA	91.048.531,72	147.046.273,67	8.681.715,83
PARAÍBA	PB	81.389.495,24	115.214.316,09	561.315,79
PERNAMBUCO	PE	121.683.838,27	166.009.276,43	1.569.242,16
PIAUI	PI	66.773.322,91	103.966.912,14	61.338,48
PARANÁ	PR	171.248.417,87	69.365.807,66	21.665.620,77
RIO DE JANEIRO	RJ	73.621.505,32	36.754.350,86	27.914.739,48
RIO GRANDE DO NORTE	RN	62.487.651,23	100.514.500,46	754.096,20
RONDÔNIA	RO	22.963.954,99	67.739.445,06	328.330,18
RORAIMA	RR	15.437.941,86	59.682.213,87	15.156,62
RIO GRANDE DO SUL	RS	167.738.113,29	56.653.233,85	26.166.915,56
SANTA CATARINA	SC	97.504.260,95	30.790.219,45	15.689.902,39
SERGIPE	SE	35.690.034,58	99.970.775,70	112.633,11
SÃO PAULO	SP	336.966.959,32	24.058.618,09	42.766.914,97
TOCANTINS	TO	38.692.818,33	104.414.402,44	53.065,23
TOTAL		2.517.762.602,63	2.405.861.807,77	213.834.575,45

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

O Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, publicou a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61) 3412-3026
E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br

Agosto / 2007

Comportamento no Mês

Em Agosto de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 3.724.068,6 (mil), contra R\$ 3.826.227,2 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -2,7% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -6,5% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Origens	R\$ Mil				
	Julho	Participação	Agosto	Participação	Ago / Jul
FPM	476.998	12,5 %	503.311	13,5 %	5,5 %
FPE	455.798	11,9 %	480.941	12,9 %	5,5 %
IPI-EXP	43.254	1,1 %	42.746	1,1 %	-1,2 %
LC 87/96	0	0,0 %	27.072	0,7 %	0,0 %
ITR	91	0,0 %	242	0,0 %	166,3 %
COMPL. UNIÃO	201.059	5,2 %	200.000	5,4 %	-0,5 %
IPVA	47.778	1,2 %	37.132	1,0 %	-22,3 %
ITCMD	5.459	0,1 %	5.569	0,1 %	2,0 %
ICMS	2.595.791	67,8 %	2.427.055	65,2 %	-6,5 %
TOTAL	3.826.227,2	100,0 %	3.724.068,6	100,0 %	-2,7 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

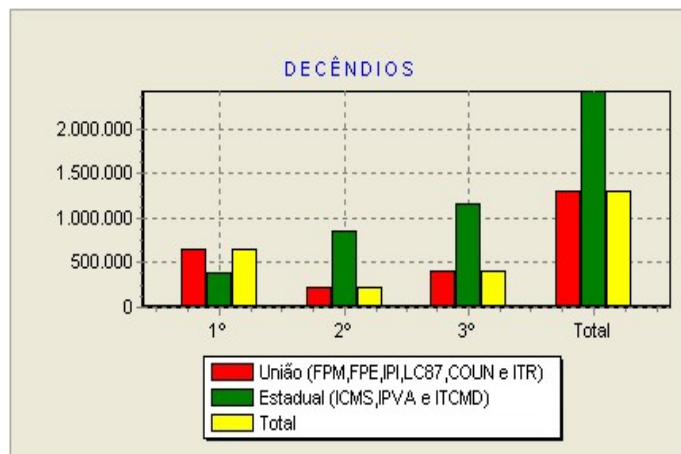
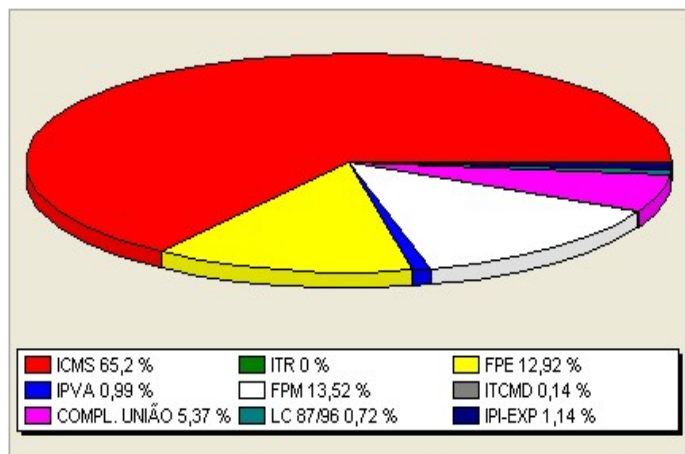
As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica -
DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Dúvidas sobre o FUNDEB

FUNDEB Brasil por Origem

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEB TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEB por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS									FUNDEB Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	C. União	LC 87/96	ICMS	ITR	IPVA	ITCMD		No mês	Até o mês
Acre	146.626	16.453	2.657	7	0	25	5.340	1	127	1	24.611	167,8	1.366,8
Alagoas	674.321	20.008	11.986	126	9.634	227	22.381	2	667	21	65.053	96,5	698,0
Amapá	127.625	16.410	1.721	40	0	110	4.400	0,1	199	1	22.880	179,3	1.470,6
Amazonas	745.772	13.420	6.928	1.140	0	273	47.833	2	881	5	70.481	94,5	766,4
Bahia	2.782.645	45.190	45.454	3.344	39.198	1.006	128.640	17	3.279	100	266.228	95,7	675,2
Ceará	1.531.674	35.286	26.312	395	28.079	441	52.068	4	372	84	143.041	93,4	707,3
Distrito Federal	300.965	3.319	1.021	27	0	219	0	1	0	0	4.587	15,2	122,6
Espírito Santo	497.527	7.214	8.749	1.938	0	1.154	69.505	3	460	74	89.098	179,1	1.361,1
Goiás	888.973	13.674	18.166	436	0	361	68.676	20	1.731	281	103.346	116,2	956,8
Maranhão	1.447.560	34.715	21.011	447	57.544	454	26.020	6	383	8	140.589	97,1	710,1
Mato Grosso	565.348	11.100	9.273	397	0	525	45.222	22	747	45	67.331	119,1	945,8
Mato Grosso do Sul	396.990	6.406	7.428	290	0	334	42.848	21	270	232	57.830	145,7	1.240,2
Minas Gerais	3.176.706	21.424	66.088	4.904	0	3.493	267.952	33	2.992	705	367.592	115,7	915,7
Paraná	1.527.232	13.866	34.233	4.331	0	2.730	176.864	15	3.008	525	235.573	154,2	1.006,1
Paraíba	745.405	23.032	16.270	112	2.697	78	26.642	2	0	0	68.833	92,3	713,3
Pará	1.533.369	29.395	18.201	1.736	49.191	1.181	53.400	11	1.093	21	154.229	100,6	747,6
Pernambuco	1.493.544	33.186	24.325	314	3.664	402	67.511	3	791	70	130.267	87,2	734,1
Piauí	639.212	20.783	13.348	12	9.994	82	16.556	2	846	0	61.625	96,4	740,1
Rio Grande do Norte	522.335	20.093	12.492	151	0	98	25.874	2	403	0	59.113	113,2	938,0
Rio Grande do Sul	1.503.203	11.325	33.531	5.231	0	2.719	168.037	23	2.105	452	223.425	148,6	1.191,6
Rio de Janeiro	2.005.935	7.347	14.717	5.580	0	1.588	198.345	7	0	0	227.585	113,5	924,0
Rondônia	295.378	13.541	4.591	66	0	68	23.112	3	449	14	41.844	141,7	1.112,5
Roraima	79.194	11.931	3.086	3	0	10	4.211	0,34	0	0	19.241	243,0	1.900,6
Santa Catarina	868.134	6.155	19.491	3.136	0	972	86.778	5	3.231	180	119.949	138,2	1.162,0
Sergipe	368.317	19.985	7.135	23	0	68	16.471	1	346	20	44.047	119,6	972,6
São Paulo	5.094.240	4.809	67.361	8.549	0	8.431	770.955	28	12.428	2.720	875.281	171,8	1.520,3
Tocantins	260.218	20.873	7.735	11	0	21	11.413	7	324	7	40.391	155,2	1.221,1
Total	30.218.44	480.941	503.310	42.746	200.000	27.072	2.427.054	242	37.132	5.568	3.724.067	123,2	984,4

Fonte: SIAFI

1. Número de matrículas, conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

Complementação da União

Conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

R\$ 1.000,00

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
TOTAL			200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br